

Poligraph Sistemas e Representações Ltda.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	9
2.1 Declaração de conformidade.....	9
2.2 Base de preparação e apresentação	9
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	9
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	9
3. Principais políticas contábeis	10
3.1 Instrumentos financeiros.....	10
3.2 Imobilizado	11
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	11
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	12
3.5 Provisão para contingências.....	12
3.6 Impostos.....	12
3.7 Demonstração dos fluxos de caixa.....	14
3.8 Receita operacional.....	14
3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	15
3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	15
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	17
5. Contas a receber clientes	17
5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento	18
6. Impostos a recuperar	18
7. Outros créditos	18
8. Impostos diferidos	18

9.	Imobilizado.....	19
10.	Fornecedores	19
11.	Obrigações e provisões trabalhistas	19
12.	Obrigações tributárias	20
13.	Outras obrigações	20
14.	Provisões para contingências.....	20
15.	Partes relacionadas	20
16.	Patrimônio líquido.....	21
16.1	Capital Social.....	21
16.2	Reserva de capital	21
16.3	Remuneração aos acionistas	21
17.	Receita de contratos com clientes	21
18.	Custos dos serviços prestados	21
19.	Despesas operacionais.....	21
20.	Resultado financeiro.....	22
21.	Imposto de renda e contribuição social	22

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	9.337.478	10.310.030	Fornecedores	10	143.931	123.340
Contas a receber de clientes	5	13.981.456	7.192.609	Obrigações e provisões trabalhistas	11	4.382.373	2.782.608
Impostos a recuperar	6	149.370	95.997	Obrigações tributárias	12	7.161.835	3.767.352
Outros créditos	7	397.169	266.897	Outras obrigações	13	421.613	202.058
Total do ativo circulante		<u>23.865.473</u>	<u>17.865.533</u>	Total do passivo circulante		<u>12.109.752</u>	<u>6.875.358</u>
Impostos diferidos	8	120.049	950.724	Provisões para contingências	14	173.754	173.754
Empréstimos a terceiros		8.690.371	-	Total do passivo não circulante		<u>173.754</u>	<u>173.754</u>
Imobilizado	9	143.925	6.764	Patrimônio Líquido	16		
Total do ativo não circulante		<u>8.954.345</u>	<u>957.488</u>	Capital social		2.790.000	2.790.000
				Reserva de capital		7.758	7.758
				Reserva de lucros		17.738.554	8.976.151
Total do ativo		<u>32.819.818</u>	<u>18.823.021</u>	Total do patrimônio líquido		<u>20.536.312</u>	<u>11.773.909</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>32.819.818</u>	<u>18.823.021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita de contratos com clientes	17	56.474.584	44.199.254
Custo dos serviços prestados	18	<u>(12.315.697)</u>	<u>(9.718.497)</u>
Lucro bruto		<u>44.158.887</u>	<u>34.480.757</u>
Despesas com vendas	19	(2.092.148)	(904.705)
Despesas gerais e administrativas	19	(16.817.549)	(9.594.965)
Outras receitas operacionais		-	7.252
Outras despesas operacionais	19	(1.226.608)	(980.892)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>24.022.582</u>	<u>23.007.447</u>
Receitas financeiras	20	957.575	400.067
Despesas financeiras	20	<u>(116.314)</u>	<u>(299.814)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>24.863.843</u>	<u>23.107.700</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(8.896.846)</u>	<u>(5.308.127)</u>
Resultado do exercício		<u><u>15.966.997</u></u>	<u><u>17.799.573</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	<u>15.966.997</u>	<u>17.799.573</u>
Resultado abrangente total	<u><u>15.996.997</u></u>	<u><u>17.799.573</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Total
			de capital	lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.790.000	7.758	1.381.578	4.179.336
Distribuição de lucros acumulados	16.3	-	-	(10.205.000)	(10.205.000)
Resultado do exercício		-	-	17.799.573	17.799.573
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.790.000	7.758	8.976.151	11.773.909
Resultado do exercício		-	-	15.966.997	15.966.997
Resultado do exercício	16.3	-	-	(7.204.595)	(7.204.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.790.000	7.758	17.738.554	20.536.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultado do exercício	15.966.997	17.799.573
Ajustes para:		
Depreciação	36.114	3.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176.316	(455.714)
Imposto de renda e contribuição social	(8.896.845)	5.308.127
	7.282.581	22.655.254
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(6.965.163)	(3.999.861)
Impostos a recuperar	(53.373)	83.895
Outros créditos	(130.272)	57.443
	(7.148.807)	(3.858.523)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	20.591	(321.449)
Obrigações e provisões trabalhistas	1.599.765	(906.844)
Obrigações tributárias	1.037.434	395.960
Outras obrigações	219.554	202.058
	(2.877.344)	(630.274)
Recursos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	3.011.118	18.166.457
Imposto de renda e contribuição social pagos	12.084.569	(5.581.196)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	15.095.687	12.585.261
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimo a terceiros	(8.690.371)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(173.274)	-
Recursos líquidos decorrentes das (usados nas) atividades de investimentos	(8.863.645)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(7.204.594)	(10.205.000)
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamentos	(7.204.594)	(10.205.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(972.552)	2.380.261
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.10.030	7.929.769
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.337.478	10.310.030
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(972.552)	2.380.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Poligraph Sistemas e Representações Ltda., (“Poligraph” ou “Empresa”), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.200.665/0001-00, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e foi constituída em 01 de outubro de 1991.

A Empresa tem como objeto social: (i) a exploração comercial e licenciamento de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; (ii) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (iii) a prestação de serviços de assessoria técnica, de consultoria, e de treinamento em tecnologia da informação; (iv) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação; (v) a hospedagem e/ou armazenamento de aplicações ou serviços de transferência contínua; (vi) a hospedagem e/ou armazenamento de páginas da internet e serviços de compartilhamento de computadores; (vii) as atividades de tratamento e processamento de dados; (viii) as atividades previstas nas alíneas (iii) a (vii) do objeto social poderão ser realizadas no estabelecimento sede da empresa, ou nas dependências do cliente; (ix) a representação e comércio varejista de equipamentos e produtos de informática; e (x) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Empresa não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas completas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- I. A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados;
- II. Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- III. A identificação e valorização da provisão para litígios;
- IV. As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00% e 3,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	3,60%

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas

de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	9.337.478	10.310.030
O Contas a receber de clientes	13.981.456	7.192.609
Passivos Financeiros		
Fornecedores	<u>(143.931)</u>	<u>(123.340)</u>
Total	<u><u>23.175.003</u></u>	<u><u>17.379.299</u></u>

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2025	2024
Contas correntes	1.029.071	4.058.501
Aplicações financeiras	8.308.408	6.251.529
	<u>9.337.478</u>	<u>10.310.030</u>

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se a Fundos de Renda Fixa, com rendimentos que variam em média 103,54% do CDI. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores.

5. Contas a receber clientes

	2025	2024
Clientes nacionais	14.160.789	7.195.626
(-) Perda esperada com créditos	<u>(179.333)</u>	<u>(3.017)</u>
	<u>13.981.456</u>	<u>7.192.609</u>

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2025	2024
A vencer	13.121.216	6.654.346
Vencidos até 30 dias	719.691	515.047
Vencidos de 31 a 60 dias	36.516	22.485
Vencidos de 61 a 90 dias	35.081	-
Vencidos de 91 a 180 dias	126.905	-
Vencidos de 181 a 360 dias	83.907	1.860
Vencidos a mais de 360 dias	37.472	1.888
(-) PCLD	(179.333)	(3.017)
	<u>13.981.456</u>	<u>7.192.609</u>

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
PIS retido na fonte	461	-
COFINS retido na fonte	2.130	-
IRRF a compensar	135.076	60.915
INSS a compensar 11% retido	10.577	35.082
CSLL retido na fonte	710	-
CIDE a compensar	416	-
	<u>149.370</u>	<u>95.997</u>

7. Outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos de férias	103.360	60.996
Adiantamentos a fornecedores	1.867	-
Plano de saúde e odontológico	171.252	117.272
Vale Alimentação e Vale Refeição	119.878	87.475
Vale transporte	811	1.154
	<u>397.169</u>	<u>266.897</u>

8. Impostos diferidos

	2025	2024
IRPJ diferido	88.272	699.062
CSLL diferido	31.778	251.662
	<u>120.049</u>	<u>950.724</u>

9. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso – Locação de Imóveis	Total
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%		
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	1.809	1.354	6.869	-	10.032
Depreciação	(1.809)	(250)	(1.209)		(3.268)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	0,00	1.104	5.660	-	6.764
Aquisição	-	-	-	173.274	173.274
Depreciação	-	(1.104)	(1.459)	(34.654)	(37.217)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	-	-	5.305	138.620	143.925

10. Fornecedores

	2025	2024
Assessoria Jurídica	72	-
Associações de classe a pagar	188	3.166
Benefícios a pagar	124.213	118.732
Licenças de software a pagar	1.500	1.442
Despesas de viagens	-	-
Serviços de terceiros	17.958	-
	143.931	123.340

11. Obrigações e provisões trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	1.035.125	726.156
Rescisões a pagar	-	-
INSS a recolher	337.610	194.719
FGTS a recolher	209.215	100.871
Contribuição sindical a pagar	281	1.244
Pensão alimentícia a pagar	-	9.102
Provisão de férias	2.800.142	1.750.516
Gratificações trabalhistas a pagar	-	-
	4.382.373	2.782.608

12. Obrigações tributárias

	2025	2024
ISS a recolher	132.415	75.036
PIS a recolher	55.764	32.003
COFINS a recolher	258.608	148.012
INSS s/ faturamento a recolher	302.405	223.440
Provisão imposto de renda	3.203.534	135.965
Provisão contribuição social	1.344.818	225.836
IRRF a recolher (PF)	800.487	489.672
Outras obrigações tributárias	26	28
PIS a recolher s/ receitas antecipadas	74.752	38.927
COFINS a recolher s/ receitas antecipadas	345.009	179.662
ISS a recolher s/ receitas antecipadas	230.006	119.775
INSS a recolher s/ receitas antecipadas	414.011	269.494
IRPJ a recolher s/ receitas antecipadas	-	1.345.222
CSLL a recolher s/ receitas antecipadas	-	484.280
	<u>7.161.835</u>	<u>3.767.352</u>

13. Outras obrigações

	2025	2024
Empréstimo consignado	2.747	9.252
Outras obrigações - intercompany	202.980	192.806
Locação de imóveis a pagar	142.640	-
Adiantamento de clientes	73.246	-
	<u>421.613</u>	<u>202.058</u>

14. Provisões para contingências

A Empresa mantém provisões para contingências cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da empresa prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Provisão para contingências	Trabalhista
Em 31 de dezembro de 2023	173.754
Constituição de provisões	-
Em 31 de dezembro de 2024	173.754
Reversão de provisões	-
Em 31 de dezembro de 2024	173.754

15. Partes relacionadas

Em 2025 os administradores da empresa não receberam remuneração.

	2025	2024
	<u>Diretoria</u>	<u>Diretoria</u>
	<u>executiva</u>	<u>executiva</u>
Remuneração	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa é composto por 2.790.000 (dois milhões, setecentos e noventa mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, todas pertencentes a sócios domiciliados no país, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de quotas
Carlos Augusto de Matos	1
Moacir Antonio Marafon	1
Ilson Aparecido Stabile	1
Softplan Participações Ltda	2.789.997
Total	<u>2.790.000</u>

16.2 Reserva de capital

O grupo de Reservas é composto pela Reserva de Capital e seu saldo soma o montante de R\$ 7.757,66.

16.3 Remuneração aos acionistas

O contrato social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas quotas.

Durante o exercício de 2025 e 2024 foi deliberado pelos quotistas a distribuição de lucros acumulados no montante de R\$ 7.204.595 e R\$ 10.205.000 respectivamente.

17. Receita de contratos com clientes

	2025	2024
Receita Bruta	62.366.724	49.472.732
Deduções da receita	(5.892.140)	(5.273.478)
Receita de contratos com clientes	<u>56.474.584</u>	<u>44.199.254</u>

18. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Custos com pessoal	(12.220.635)	(9.703.126)
Despesas com viagens	(95.062)	(15.371)
Total	<u>(12.315.697)</u>	<u>(9.718.497)</u>

19. Despesas operacionais

	2025	2024
Despesas com vendas		
Comissões sobre vendas	(2.092.148)	(904.705)
Total	<u>(2.092.148)</u>	<u>(904.705)</u>

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(16.215.509)	(9.123.393)
Despesas com instalações físicas	(68.354)	(67.908)
Despesas de TI e comunicação	(16.969)	(7.276)
Despesas com viagens	(324.756)	(257.750)
Serviços de terceiros PJ	(83.853)	(55.740)
Outras despesas administrativas	(103.649)	(79.630)

Depreciações	(1.459)	(3.268)
	(16.817.549)	(9.594.965)

	2025	2024
Outras despesas operacionais		
Taxas estaduais	(325)	(300)
Taxas municipais	(224)	-
PIS sobre outras receitas	-	(2.600)
COFINS sobre outras receitas	-	(16.003)
Provisão devedores duvidosos	(176.315)	455.714
Perda efetiva	-	(12.445)
Perdas indedutíveis	-	(343)
Outras despesas	(11.402)	(170.278)
Despesas de compartilhamento de custo corporativo - interco	(1.038.342)	(1.234.637)
	(1.226.608)	(980.892)

20. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimentos de aplicação financeira	627.108	396.319
Juros ativos	311.998	8
Descontos obtidos	621	394
Juros (SELIC) sobre impostos a compensar	17.848	3.346
Receitas financeiras	957.575	400.067
Despesas com tarifas bancárias	(9.373)	(10.037)
I.O.F.	(576)	(229)
Juros/Multas	(14.814)	(208.547)
Seguro garantia	(35.885)	(78.213)
Descontos concedidos	(306)	(2.788)
Juros passivos	(1.267)	-
Encargos Financeiros	(9.566)	-
Impostos s/ Receitas financeiras	(44.527)	-
Despesas financeiras	(116.314)	(299.814)
Resultado financeiro líquido	841.261	100.253

21. Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Em 2024 a empresa passou a ser tributada com base no lucro real, cálculo demonstrado abaixo:

	2024
Lucro/Prejuízo antes do imposto	23.107.700
Adições e exclusões permanentes	(2.558.414)
Outras adições e exclusões	(7.055.185)

Base de cálculo 1'	13.494.101
Compensação prejuízo fiscal	-
Lucro real	13.494.101
Alíquota	34%
Imposto de renda e contribuição social	(4.587.994)
Redução (aumento) da base de cálculo	(720.133)
Imposto de renda e contribuição social	(5.308.127)

Em 2025 a empresa passou a ser tributada com base no lucro real, cálculo demonstrado abaixo:

	2025
Lucro/Prejuízo antes do imposto	24.863.843
Adições e exclusões permanentes	89.895
Outras adições e exclusões	3.525.835
Base de cálculo 1'	28.479.573
Compensação prejuízo fiscal	-
Lucro real	28.479.573
Alíquota	34%
Imposto de renda e contribuição social	(9.683.055)
Incentivos fiscais	(261.322)
Redução (aumento) da base de cálculo	(524.887)
Imposto de renda e contribuição social	(8.896.846)

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	2025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(179.333)
Clientes a receber – reconhecimento de receita	-
PIS a recolher s/ receitas antecipadas	-
COFINS a recolher s/ receitas antecipadas	-
ISS a recolher s/ receitas antecipadas	-
INSS a recolher s/ receitas antecipadas	-
Provisões trabalhistas	(173.754)
Total da base de cálculo de diferenças temporárias	(353.086)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social diferido	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	120.049
Saldo dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias	120.049

* * *

André Tavares Andrade
CFO

Eduardo Cavalcante Muller Junior
Contador CRC/BA 032594/O-2 T-SE